

12° SIMULADO

TJ SC

TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

12º Simulado TJ-SC

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-SC;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TJ-SC-12-07-20>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

PORTUGUÊS

Décio Terror

Ciao

Há 64 anos, um adolescente fascinado por papel impresso notou que, no andar térreo do prédio onde morava, um placar exibia a cada manhã a primeira página de um jornal modestíssimo, porém jornal. Não teve dúvida. Entrou e ofereceu os seus serviços ao diretor, que era, sozinho, todo o pessoal da redação. O homem olhou-o, cético, e perguntou:

– Sobre o que pretende escrever?

– Sobre tudo. Cinema, literatura, vida urbana, moral, coisas deste mundo e de qualquer outro possível.

O diretor, ao perceber que alguém, mesmo inepto, se dispunha a fazer o jornal para ele, praticamente de graça, topou. Nasceu aí, na velha Belo Horizonte dos anos 20, um cronista que ainda hoje, com a graça de Deus e com ou sem assunto, comete as suas crônicas.

Comete é tempo errado de verbo. Melhor dizer: cometia. Pois chegou o momento deste contumaz rabiscador de letras pendurar as chuteiras (que na prática jamais calçou) e dizer aos leitores um ciao-adeus sem melancolia, mas oportuno.

Creio que ele pode gabar-se de possuir um título não disputado por ninguém: o de mais velho cronista brasileiro. Assistiu, sentado e escrevendo, ao desfile de 11 presidentes da República, mais ou menos eleitos (sendo um bisado), sem contar as altas patentes militares que se atribuíram esse título. Viu de longe, mas de coração arfante, a Segunda Guerra Mundial, acompanhou a industrialização do Brasil, os movimentos populares frustrados mas renascidos, os ismos de vanguarda que ambicionavam reformular para sempre o conceito universal de poesia; anotou as catástrofes, a Lua visitada, as mulheres lutando a braço para serem entendidas pelos homens; as pequenas alegrias do cotidiano, abertas a qualquer um, que são certamente as melhores.

Viu tudo isso, ora sorrindo ora zangado, pois a zanga tem seu lugar mesmo nos temperamentos mais aguados. Procurou extrair de cada coisa não uma lição, mas um traço que comovesse ou distraísse o leitor, fazendo-o sorrir, se não do acontecimento, pelo menos do próprio cronista, que às vezes se torna cronista do seu umbigo, ironizando-se a si mesmo antes que outros o façam.

Crônica tem essa vantagem: não obriga ao paletó-e-gravata do editorialista, forçado a definir uma posição correta diante dos grandes problemas; não exige de quem a faz o nervosismo saltitante do repórter, responsável pela apuração do fato na hora mesma em que ele acontece; dispensa a especialização suada em economia, finanças,

política nacional e internacional, esporte, religião e o mais que imaginar se possa. Sei bem que existem o cronista político, o esportivo, o religioso, o econômico etc., mas a crônica de que estou falando é aquela que não precisa entender de nada ao falar de tudo. Não se exige do cronista geral a informação ou comentários precisos que cobramos dos outros. O que lhe pedimos é uma espécie de loucura mansa, que desenvolva determinado ponto de vista não ortodoxo e não trivial e desperte em nós a inclinação para o jogo da fantasia, o absurdo e a vadiação de espírito. Claro que ele deve ser um cara confiável, ainda na divagação. Não se compreende, ou não compreendo, cronista faccioso, que sirva a interesse pessoal ou de grupo, porque a crônica é território livre da imaginação, empenhada em circular entre os acontecimentos do dia, sem procurar influir neles. Fazer mais do que isso seria pretensão descabida de sua parte. Ele sabe que seu prazo de atuação é limitado: minutos no café da manhã ou à espera do coletivo.

Com esse espírito, a tarefa do crôniqueiro estreado no tempo de Epitácio Pessoa (algum de vocês já teria nascido nos anos a.C. de 1920? duvido) não foi penosa e valeu-lhe algumas doçuras. Uma delas ter aliviado a amargura de mãe que perdera a filha jovem. Em compensação alguns anônimos e inominados o desancaram, como a lhe dizerem: “É para você não ficar metido a besta, julgando que seus comentários passarão à História”. Ele sabe que não passarão. E daí? Melhor aceitar as louvações e esquecer as descalçadeiras.

Foi o que esse outrora-rapaz fez ou tentou fazer em mais de seis décadas. Em certo período, consagrou mais tempo a tarefas burocráticas do que ao jornalismo, porém jamais deixou de ser homem de jornal, leitor implacável de jornais, interessado em seguir não apenas o desdobrar das notícias como as diferentes maneiras de apresentá-las ao público. Uma página bem diagramada causava-lhe prazer estético; a charge, a foto, a reportagem, a legenda bem feitas, o estilo particular de cada diário ou revista eram para ele (e são) motivos de alegria profissional. A duas grandes casas do jornalismo brasileiro ele se orgulha de ter pertencido – o extinto Correio da Manhã, de valente memória, e o Jornal do Brasil, por seu conceito humanístico da função da Imprensa no mundo. Quinze anos de atividade no primeiro e mais 15, atuais, no segundo, alimentarão as melhores lembranças do velho jornalista.

E é por admitir esta noção de velho, consciente e alegremente, que ele hoje se despede da crônica, sem se despedir do gosto de manejar a palavra escrita, sob outras modalidades, pois escrever é sua doença vital, já agora sem periodicidade e com suave preguiça. Ceda espaço aos mais novos e vá cultivar o seu jardim, pelo menos imaginário.

Aos leitores, gratidão, essa palavra-tudo.

Carlos Drummond de Andrade (Jornal do Brasil, 29/09/1984)

01. O objetivo central do texto é:

- a) defender que o cronista tenha mais liberdade de escrita.
- b) mostrar que o cronista se despede com tristeza de sua atividade.
- c) argumentar que o cronista deve sempre se posicionar politicamente.
- d) despedir-se dos leitores, contando a história do escritor e as características de seu ofício.
- e) ceder espaço aos novos escritores, os quais demonstram mais jovialidade e mais posicionamento político.

02. Entende-se do texto que

- a) o cronista tem a finalidade parecida com a de um editorialista, pois ambos defendem um posicionamento social e político.
- b) o cronista tem função distinta da de um repórter, pois este informa a população de fatos e deve se posicionar criticamente ao que veicula.
- c) a função de cronista não se confunde com a de um economista, pois este tem mais liberdade para escrever do que julgar mais conveniente, na hora que lhe convier.
- d) o cronista não precisa ser letrado, pois não precisa entender de tudo, basta ter influência no meio em que está inserido.
- e) o cronista não precisa se posicionar sobre os temas que aborda em seus textos, mas tem a liberdade de fazê-lo.

03. Marque a alternativa que apresenta expressão do texto com o sentido correto.

- a) “O homem olhou-o, cético, e perguntou” (1º parágrafo) = O cronista observou-o, descrente, e indagou
- b) “que era, sozinho, todo o pessoal da redação” (1º parágrafo) = o qual estava sozinho
- c) “alguém, mesmo inepto, se dispunha” (4º parágrafo) = o cronista, embora em débito, se compromete
- d) “não compreendo, cronista faccioso” (8º parágrafo) = não compreendo, cronista parcial

e) “confiável, ainda na divagação” (8º parágrafo) = talentoso, mesmo na fala

04. A expressão “Comete é tempo errado de verbo. Melhor dizer: cometia.” (5º parágrafo) significa, no contexto, que:

- a) a ação de escrever deve continuar se desenvolvendo nos dias atuais.
- b) a ação de escrever crônicas é hábito presente, e não algo do passado.
- c) uma correção sobre o hábito da escrita, que passou a ser visto como algo do passado.
- d) uma retificação de um hábito que era do passado, mas passou a ser atual.
- e) uma ratificação de um hábito que vem se desenvolvendo do passado até o momento atual.

05. O sinal de dois-pontos em “Creio que ele pode gabar-se de possuir um título não disputado por ninguém: o de mais velho cronista brasileiro.” (6º parágrafo) foi empregado com a seguinte intenção comunicativa:

- a) iniciar termo que retifica dado anterior.
- b) introduzir expressão que transmite um dado novo, sem vínculo com o anterior.
- c) introduzir uma citação direta.
- d) iniciar um discurso, como exemplo de uma intertextualidade.
- e) explicitar dado anterior.

06. O pronome que se encontra no segmento “O homem olhou-o, cético, e perguntou” (1º parágrafo) retoma a seguinte palavra:

- a) “um cronista” (4º parágrafo)
- b) “um adolescente” (1º parágrafo)
- c) “diretor” (1º parágrafo)
- d) “homem” (1º parágrafo)
- e) “pessoal” (1º parágrafo)

07. Julgue as afirmações sobre os elementos linguísticos da frase abaixo e marque a alternativa correta:

Pois chegou o momento deste contumaz rabiscador de letras pendurar as chuteiras (que na prática jamais calçou) e dizer aos leitores um ciao-adeus sem melancolia, mas oportuno. (5º parágrafo)

I – O termo “o momento” é exigido pela transitividade do verbo “chegou”.

II – Neste contexto, a norma culta recomenda o desfazimento da contração “deste”, devido ao papel sintático do termo que tal vocábulo inicia.

III – A conjunção “mas” indica que “melancolia” e “oportuno” são palavras antônimas.

- a) Somente a afirmação I está correta.
- b) Somente a afirmação II está correta.
- c) Somente as afirmações I e III estão corretas.
- d) Somente as afirmações II e III estão corretas.
- e) Todas as afirmações estão corretas.

08. A mudança de voz verbal da oração “um placar exibia a cada manhã a primeira página de um jornal” (1º parágrafo) resulta na seguinte locução verbal:

- a) era-se exibido
- b) foi exibido
- c) exibiu-se
- d) era exibida
- e) era exibido

09. Com esse espírito, a tarefa do croniqueiro estreado no tempo de Eritácio Pessoa (algum de vocês já teria nascido nos anos a.C. de 1920? duvido) não foi penosa e valeu-lhe algumas doçuras. Uma delas ter aliviado a amargura de mãe que perdera a filha jovem. (9º parágrafo)

A reescrita do trecho acima que preserve a correção gramatical e o sentido é:

- a) Com esse espírito, a tarefa do croniqueiro estreado no tempo de Eritácio Pessoa – algum de vocês já teria nascido nos anos a.C. de 1920? duvido – não foi penosa e valeu-lhe algumas doçuras: uma delas ter

aliviado a amargura de mãe, que perdera a filha jovem.

b) Com esse espírito a tarefa do croniqueiro, estreado no tempo de Eritácio Pessoa (algum de vocês já teria nascido nos anos a.C. de 1920? duvido) não foi penosa e valeu-lhe algumas doçuras. Uma delas ter aliviado a amargura de mãe que perdera a filha jovem.

c) Com esse espírito, a tarefa do croniqueiro estreado no tempo de Eritácio Pessoa (algum de vocês já teria nascido nos anos a.C. de 1920? duvido) não foi penosa e algumas doçuras valeram a ele. Uma delas ter aliviado a amargura de mãe que perdera a filha jovem.

d) Com esse espírito a tarefa do croniqueiro estreado no tempo de Eritácio Pessoa – algum de vocês já teria nascido nos anos a.C. de 1920? Duvido! – não foi penosa e valeu-lhe algumas doçuras e uma delas foi ter aliviado a amargura de mãe a qual perdera a filha jovem.

e) Com esse espírito, a tarefa do croniqueiro estreado no tempo de Eritácio Pessoa, algum de vocês já teria nascido nos anos a.C. de 1920? Duvido; não foi penosa, e valeu-lhe algumas doçuras. Uma delas ter aliviado a amargura de mãe que perdera a filha jovem.

10. A norma culta permite a mudança de posição do pronome pessoal oblíquo átono sublinhado em:

- a) “...sem contar as altas patentes militares que se atribuíram esse título.”
- b) “...não exige de quem a faz o nervosismo saltitante do repórter...”
- c) “Não se exige do cronista geral a informação ou comentários precisos...”
- d) “O que lhe pedimos é uma espécie de loucura mansa...”
- e) “Uma página bem diagramada causava-lhe prazer estético...”

11. Mantém o mesmo sentido e a correção gramatical a substituição da conjunção sublinhada em “Em certo período, consagrou mais tempo a tarefas burocráticas do que ao jornalismo, porém jamais deixou de ser homem de jornal, leitor implacável de jornais, interessado em seguir não apenas o desdobrar das notícias como as diferentes maneiras de apresentá-las ao público.” (10º parágrafo) por

- a) conquanto
- b) embora
- c) no entretanto
- d) mas também
- e) todavia

12. Marque a alternativa em que o vocábulo “que” apresenta classificação gramatical distinta das demais:

- a) “Há 64 anos, um adolescente fascinado por papel impresso notou que, no andar térreo do prédio onde morava, um placar exibia a cada manhã a primeira página de um jornal modestíssimo, porém jornal.”
- b) “Entrou e ofereceu os seus serviços ao diretor, que era, sozinho, todo o pessoal da redação.”
- c) “O diretor, ao perceber que alguém, mesmo inepto, se dispunha a fazer o jornal para ele, praticamente de graça, topou.”
- d) “Creio que ele pode gabar-se de possuir um título não disputado por ninguém: o de mais velho cronista brasileiro.”
- e) “Ele sabe que seu prazo de atuação é limitado: minutos no café da manhã ou à espera do coletivo.”

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Guilherme Neves

13. Considere a sentença: “Se uma pessoa tem dinheiro então não tem problemas”.

Independente do fato de que cada um pode considerar essa sentença verdadeira ou falsa, uma sentença que tem o mesmo valor lógico dela é

- a) se uma pessoa não tem problemas então tem dinheiro.

- b) se uma pessoa não tem dinheiro então tem problemas.
- c) se uma pessoa tem problemas então não tem dinheiro.
- d) uma pessoa tem dinheiro ou tem problemas.
- e) uma pessoa não tem dinheiro ou tem problemas.

14. Considere a afirmação abaixo.

Se contratei um empréstimo com juros maiores do que antes, então pagarei um montante maior.

A afirmação que corresponde à negação lógica desta é

- a) Se não paguei um montante maior, então não contratei um empréstimo com juros maiores.
- b) Contratei um empréstimo com juros maiores do que antes ou pagarei um montante maior.
- c) Se contratei um empréstimo com juros menores do que antes, então pagarei um montante maior.
- d) Contratei um empréstimo com juros maiores do que antes e não pagarei um montante maior.
- e) Não contratei um empréstimo com juros maiores do que antes ou não pagarei um montante maior.

15. Durante um campeonato de futebol com 36 partidas, uma equipe ganhou 10 partidas a mais do que perdeu e empatou uma partida a mais do que ganhou. Se essa equipe ganha 3 pontos por cada vitória, perde 1 ponto por derrota e nem ganha nem perde pontos pelos empates, então a pontuação final dessa equipe foi:

- a) 30
- b) 35
- c) 40
- d) 45
- e) 50

16. Guilherme está indo viajar. Ele está decidindo entre o hotel A (diária de R\$ 250,00) e o B (diária de R\$ 200,00). Ele calculou e percebeu que, se escolhesse o hotel B, poderia ficar três dias a mais do que se escolhesse o hotel A. Guilherme tem disponível, para essas diárias, uma quantia total de

- a) R\$ 3000,00.
- b) R\$ 2500,00.
- c) R\$ 2000,00.
- d) R\$ 3300,00.
- e) R\$ 3500,00.

17. Para um passeio de barco no rio Negro, há bilhetes com preços diferenciados para crianças e adultos. Uma família com 2 adultos e 3 crianças pagou 124 reais pelo passeio, e outra família, com 3 adultos e 5 crianças, pagou 195 reais pelo mesmo passeio. Assinale a opção que indica o valor pago, em reais, por uma família composta por 1 adulto e 1 criança.

- a) 50.
- b) 51.
- c) 52.
- d) 53.
- e) 54.

18. Em um clube com 160 associados, três pessoas, A, B e C (não associados), manifestam seu interesse em participar da eleição para ser o presidente deste clube. Uma pesquisa realizada com todos os 160 associados revelou que

- 20 sócios não simpatizam com qualquer uma destas pessoas.
 - 20 sócios simpatizam apenas com a pessoa A.
 - 40 sócios simpatizam apenas com a pessoa B.
 - 30 sócios simpatizam apenas com a pessoa C.
 - 10 sócios simpatizam com as pessoas A, B e C.
- A quantidade de sócios que simpatizam com pelo menos duas destas pessoas é

- a) 40.
- b) 50.
- c) 60.
- d) 70.
- e) 80.

DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ricardo Torques

19. A Lei nº 13.443/2017 alterou a redação do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 10.098/2000 estabelecendo que cada brinquedo e equipamento de lazer existentes em determinados locais devem ser adaptados e identificados, observando-se o percentual de:

- a) 2% (dois por cento);
- b) 3% (três por cento);
- c) 5% (cinco por cento);
- d) 10% (dez por cento);
- e) 20% (vinte por cento).

20. A Lei nº 10.098/2000 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma dessas medidas:

- a) O projeto e o traçado dos elementos de urbanização públicos e privados de uso comunitário, nestes compreendidos os itinerários e as passagens de pedestres, os percursos de entrada e de saída de veículos, as escadas e rampas, deverão observar os parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
- b) Os banheiros de uso público existentes ou a construir em parques, praças, jardins e espaços livres públicos deverão ser acessíveis e dispor, pelo menos, de um sanitário e um lavatório que atendam às especificações das normas técnicas dos órgãos de fiscalização profissional de engenharia.
- c) Quando for organizado um evento em espaço público ou privado, é dispensada a instalação de banheiros químicos acessíveis em virtude do caráter temporário de sua utilização.
- d) O número mínimo de banheiros químicos acessíveis corresponderá a 10% (dez por cento) do total, garantindo-se pelo menos 2 (duas) unidades acessíveis, sendo uma para cada sexo de usuários.

- e) Em todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaços públicos, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção. Nesse caso, deve ser observado o percentual de 2% (dois por cento) do total, sendo garantidas, no mínimo, duas vagas, devidamente sinalizadas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

- 21.** No que se refere aos princípios da Administração Pública, o princípio da especialidade
- a) aplica-se primordialmente no âmbito dos órgãos públicos, ao passo que se identifica uma relação de coordenação e subordinação existente dentro dos referidos órgãos.
 - b) tem sua aplicabilidade restrita ao âmbito da Administração direta.
 - c) está ligado ao conceito de desconcentração administrativa.
 - d) relaciona-se ao princípio da razoabilidade e destina-se tão somente aos entes da Administração pública direta.
 - e) reporta-se à ideia de descentralização administrativa, no sentido de que as entidades da Administração Indireta devem atuar nos termos estabelecidos na lei responsável pela criação.
- 22.** Acerca da organização da Administração Pública, pode-se afirmar corretamente que
- a) as sociedades de economia mista e as empresas públicas fazem parte da Administração Pública indireta, sendo detentoras de personalidade jurídica de direito privado, como é o caso das autarquias.
 - b) as empresas públicas prestadoras de serviço público fazem parte da Administração pública direta.
 - c) as autarquias, que possuem personalidade jurídica de direito público, compõem a Administração pública direta, ao passo que as sociedades de economia mista

- possuem personalidade jurídica de direito privado e integram a Administração pública indireta.
- d) as empresas públicas detêm personalidade jurídica de direito privado, ao passo que as autarquias detêm personalidade jurídica de direito público.
 - e) as sociedades de economia mista detêm personalidade de direito público e integram a Administração pública indireta.

23. Sobre os poderes da Administração Pública é correto afirmar que a licença e a autorização, por serem exemplos do exercício do poder de polícia, são medidas consideradas

- a) punitivas e normativas.
- b) judiciárias.
- c) preventivas.
- d) normativas e repressivas.
- e) normativas.

24. Julgue os itens a seguir sobre os atos administrativos e assinale a alternativa correta.

- a) A Administração poderá revisar seus próprios atos por meio da anulação daqueles que sejam ilegais, inconvenientes ou inoportunos.
- b) O ato administrativo pode ser extinto por vício de legalidade (caso de anulação) ou por conveniência e oportunidade fundada em motivos de interesse público (caso de revogação).
- c) É inviável que a convalidação seja feita pelo próprio administrado.
- d) A convalidação supre o vício de um ato ilegal, aplicando efeitos ex nunc.
- e) A anulação de um ato administrativo depende de decisão judicial, uma vez que impacta a esfera jurídica de terceiros.

25. O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, com o objetivo de melhor atender ao público, resolveu contratar uma associação de portadores de deficiência, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, para a prestação de serviços de recepção nas dependências do Tribunal. Sabendo-se que o preço da contratação é compatível com o praticado no mercado, nos termos da Lei nº 8.666/93 a licitação é

- a) obrigatória na modalidade pregão.
- b) inexigível.
- c) obrigatória na modalidade tomada de preço.
- d) obrigatória na modalidade convite.
- e) dispensável

26. No que se refere à modalidade licitatória denominada pregão, podemos afirmar que

- a) uma vez que há uma inversão nas fases do pregão, não se faz necessário que os interessados apresentem declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, uma vez que tal requisito será averiguado após ser declarado o vencedor.
- b) nas sessões, poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 15% superiores àquela.
- c) além do critério de menor preço, no julgamento e classificação das propostas, deverão ser observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.
- d) além do critério de menor preço, poderá ser adotado o critério de melhor técnica.
- e) o prazo para a apresentação das propostas não poderá ser inferior a quinze dias úteis.

27. Um funcionário de uma empresa pública responsável pelo abastecimento de água estava realizando obras em canalização de determinada via pública, quando, por imperícia, gerou vazamento que causou inundação e danos materiais a dois moradores da área. Nesse caso, o Estado

- a) possui responsabilidade objetiva, devendo indenizar os particulares lesados, sem prejuízo de exercer direito de regresso em face do funcionário, nos casos de dolo ou culpa.
- b) possui responsabilidade subjetiva, no caso de o funcionário ter agido sem dolo.
- c) responde de forma subjetiva, uma vez que a empresa pública possui personalidade jurídica de direito privado.
- d) possui responsabilidade objetiva, devendo indenizar os particulares lesados, sem prejuízo de exercer direito de regresso em face do funcionário, exceto nos casos de culpa.
- e) responde de forma subjetiva, desde que seja comprovado o nexo de causalidade entre a conduta do funcionário e o dano sofrido pelos particulares.

28. De acordo com a Lei nº 8.429/92, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração pública:

- a) frustrar a licitude de processo licitatório.
- b) aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.
- c) frustrar a licitude de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente.
- d) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.
- e) conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

29. O casal Joel e Joaquina encontra-se de férias em um grande resort. Há cerca de uma semana, no entanto, ambos vêm notando o sumiço de alguns objetos pessoais do quarto em que estão acomodados. Ao conversarem com outros hóspedes, ouviram relatos semelhantes de pessoas que, inclusive, suspeitam de que seus pertences estejam sendo subtraídos e armazenados em um dos quartos desocupados do último andar. Assim, decidiram comunicar o fato à autoridade policial, que, de imediato, dirigiu-se ao local para revistar todas as dependências do estabelecimento, em busca de evidências da prática da infração. À luz das disposições constitucionais e da interpretação jurisprudencial em torno do assunto, é correto afirmar que:

- a) O conceito de domicílio abrange qualquer compartimento não aberto ao público, incluindo quartos de hotel, o que impede o ingresso da autoridade policial nas unidades do estabelecimento.
- b) A autoridade policial poderá realizar a busca no local, desde que durante o dia, mas apenas nos ambientes de uso comum abertos ao público.
- c) Sem mandado judicial, as únicas hipóteses autorizadas do ingresso da autoridade policial, em quaisquer ambientes e compartimentos do resort como um todo, correspondem às situações de desastre ou flagrante delito.
- d) A autoridade policial não necessita de autorização para adentrar nas unidades desabitadas, ou mesmo naquelas em que os ocupantes ofereçam permissão para que seja realizada a busca em seu interior, ainda que no período da noite.
- e) Por não estar caracterizada a circunstância de flagrância, a busca nas unidades desabitadas não poderá ser efetivada sem mandado judicial.

30. Inácio, desembargador aposentado que ingressou no Tribunal de Justiça de seu Estado pela regra do Quinto Constitucional, foi processado e condenado pelo Tribunal do Júri em virtude de ter cometido o crime de homicídio doloso. Segundo o que estabelece a CF/88, aliado ao entendimento que vem sendo exposto pelo STF, assinale a opção verdadeira:

- a) Inácio não detém prerrogativa de foro, o que confirma a competência do Tribunal do Júri para a realização de seu julgamento.
- b) Inácio, caso a Constituição de seu Estado tenha estabelecido prerrogativa de foro para os membros da justiça estadual de segundo grau, deverá ser julgado pelo Tribunal de Justiça no qual estava alocado.
- c) Inácio deverá ser julgado pelo juiz de direito competente.
- d) Inácio deverá ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça, conforme expressamente prevê a Constituição da República.
- e) Inácio, por ter sido escolhido para ocupar o cargo de desembargador pela regra do Quinto Constitucional, dispõe, desde o momento da posse, da garantia da vitaliciedade e da prerrogativa de foro perante o STF.

31. Foi aprovada, em determinado município da Federação, a edição de diversas leis tratando de regras para a realização de procedimentos licitatórios no âmbito da Administração Pública, bem como sobre tributos e orçamento municipal. A produção legislativa desse município, no que diz respeito às matérias abordadas, seria, segundo a Constituição da República:

- a) Inconstitucional, no que compete à tributação, já que o assunto se insere entre o rol de competências concorrentes, com a qual o município não fora contemplado.
- b) Constitucional, no que se refere às regras estabelecidas para as licitações municipais, desde que respeitada a lei de normas gerais da União, ainda que o tema esteja elencado entre aqueles de sua competência privativa.
- c) Constitucional, no que diz respeito ao orçamento municipal, uma vez que a competência para legislar sobre o tema foi repartida horizontalmente e de forma comum a todos os entes.
- d) Constitucional, no que se refere às leis sobre licitações, desde que respeitada a normatização fixada não somente pela União, mas também pelo Estado ao qual o município pertence.

e) Inconstitucional, já que os temas em apreço ficam reservados, em caráter privativo, ao regramento por parte do ente federal, não sendo possível delegar aos municípios, nos moldes do que pode ser feito para os Estados, a competência para legislar sobre questões específicas.

32. Suponha que, em determinado município, os servidores efetivos sejam aposentados conforme as regras do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Jonas, que exerce cargo de provimento efetivo em autarquia municipal, pretende lançar sua candidatura a prefeito nas próximas eleições, mas teme ter de renunciar às normas previdenciárias que atualmente a ele se aplicam. Considerando as regras introduzidas pela EC 103/19, é possível concluir que:

- a) Jonas, independentemente de vir a ser eleito ou não, deverá se sujeitar à aposentadoria compulsória, aos 75 anos de idade.
- b) Caso Jonas seja eleito e tome posse no cargo de prefeito, ele deverá, obrigatoriamente, aderir ao Regime Geral de Previdência Social.
- c) Jonas, ainda que seja investido no mandato de prefeito e se afaste do cargo atual, permanecerá vinculado ao RPPS municipal.
- d) A manutenção do RPPS pelo município, a partir da publicação da EC 103/19, tornou-se inconstitucional, razão pela qual Jonas deverá migrar para o Regime Geral de Previdência Social.
- e) Jonas poderá exercer ambos os cargos concomitantemente, desde que haja compatibilidade de horários, mas deverá permanecer vinculado ao RPPS de origem.

33. Um grupo de estudantes de ciências políticas decidiu criar um partido, restrito ao contexto regional, com a intenção de estabelecer coligações nas eleições majoritárias e proporcionais estaduais. Assim, dirigiram-se ao cartório de registro civil de pessoas jurídicas e, em seguida, ao Tribunal Regional Eleitoral local, para finalizar os procedimentos relativos à constituição da entidade. Da análise dos dispositivos constitucionais pertinentes, é possível concluir que:

a) A criação do partido deveria ter sido feita por meio de lei, por se tratar de pessoa jurídica de direito público, mas o regime de coligações e a definição do caráter regional devem estar previstos em seu estatuto, a ser registrado perante o TSE, e não no TRE local.

b) O partido criado somente poderá ajuizar mandado de segurança coletivo, na defesa de seus associados, após decorrido um ano de sua criação, mas não poderá, por expressa vedação constitucional, realizar coligações partidárias.

c) O princípio da liberdade partidária veda a interferência estatal em seu funcionamento, sendo, portanto, facultativo o registro realizado e livre, também, a opção pelo caráter regional, assim como a fixação do regime de suas coligações, em quaisquer eleições.

d) A constituição da entidade se deu de forma regular, embora a atribuição de caráter regional seja inconstitucional e o estabelecimento das coligações somente seja permitido nas eleições proporcionais.

e) A Constituição Federal desautoriza a criação de partido de caráter regional, além de vedar o estabelecimento de coligações nas eleições proporcionais e de exigir que seu estatuto seja registrado no TSE, e não no TRE local.

34. Armínia, brasileira naturalizada, é uma notável advogada, muito famosa e bem conceituada em seu meio. A fim de expandir sua experiência profissional, decidiu informar-se melhor para saber se poderia tornar-se Procuradora-Geral da República. Ao analisar pormenorizadamente o regramento constitucional pertinente ao Ministério Público, Armínia deverá concluir que:

a) Não será possível atingir seu objetivo, já que o cargo de Procurador-Geral da República é privativo de brasileiro nato.

b) Deverá prestar concurso público e, ainda assim, dependerá de escolha feita pelo Presidente da República, bem como da aprovação do Senado Federal.

c) Se já tiver completado dez anos de exercício como advogada poderá ser livremente nomeada pelo Presidente da República, sendo vedada a ingerência de outros Poderes no processo de escolha do chefe da mencionada instituição.

d) Caso já tenha completado 35 anos de idade, poderá ser nomeada pelo Presidente da República, que somente poderá reconduzi-la ao cargo uma única vez.

e) O Presidente poderá, a seu critério, nomeá-la para o cargo, sem a participação do Senado na escolha de seu nome, mas, caso pretenda demiti-la, tal decisão deverá ser submetida à apreciação do referido órgão legislativo.

35. Foi enviado ao Congresso Nacional, por iniciativa do Presidente da República, projeto de lei de organização do Ministério Público da União. A discussão da proposta teve início na Câmara dos Deputados, onde obteve 51% dos votos dos 400 deputados presentes na sessão. Em seguida, já no Senado, o documento sofreu algumas emendas e, finalmente, com a aprovação da maioria absoluta dos membros da Casa, seguiu para a sanção presidencial. Segundo o que determina a Constituição Federal, a tramitação do projeto de lei:

a) Contém vício de iniciativa, que, no caso, pertence ao chefe do Ministério Público da União, não sendo a sanção presidencial bastante para convalidar a inconstitucionalidade detectada no processo legislativo.

b) Caso o Presidente não se manifeste acerca da concordância com o projeto final no prazo de 15 dias úteis, a proposta será considerada tacitamente rejeitada.

c) Poderia ter sido objeto de impugnação parlamentar, já que não foi obtido quórum suficiente para aprovação em uma das Casas, o que, aliado ao fato de não terem as emendas sido analisadas pela Câmara, torna inconstitucional a lei resultante, ainda que venha a ser sancionada pelo Presidente.

d) Seguiu estritamente o procedimento previsto na Constituição Federal para sua aprovação.

e) Não observou as regras estabelecidas pelo texto constitucional, já que, devido à inclusão de emendas ao texto original, a votação deveria ter sido reiniciada em ambas as Casas.

36. Joaquim nasceu em Portugal e, há 5 anos, decidiu vir morar no Brasil. Já em território nacional, conheceu Jomara, cidadã portuguesa que havia acabado de se naturalizar brasileira pela via ordinária. Os dois se casaram e deram à luz a Miguel, hoje com 1 ano de idade. Com base nos direitos relativos à nacionalidade presentes na CF/88, é correto dizer que:

a) Miguel é brasileiro nato e, caso haja reciprocidade por parte de Portugal, Joaquim poderá votar e ser votado para ocupar cargos eletivos no Brasil.

b) Miguel, ao atingir a maioridade, poderá requerer a naturalização, mas não será considerado brasileiro nato.

c) Jomara apenas poderá ser extraditada caso venha a ter sua naturalização cancelada por sentença judicial transitada em julgado.

d) Caso permaneça no Brasil por mais 5 anos, Joaquim poderá requerer a condição de equiparado a brasileiro, sendo Miguel brasileiro nato, independentemente do implemento de qualquer outra condição.

e) Caso Jomara voluntariamente decida adquirir outra nacionalidade, Miguel sofrerá, pela via reflexa, a perda da nacionalidade brasileira.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

37. Conforme expressamente prevê o Código Civil, são absolutamente incapazes de exercer os atos da vida civil:

a) Os pródigos.

b) Aqueles que, por causa transitória, ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.

c) Os viciados em tóxicos.

d) Os ébrios habituais.

e) Os menores de 16 anos.

38. Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e a disposição do Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) O incapaz não responde por quaisquer prejuízos que causar a terceiros, independentemente da condição em que seus respectivos responsáveis se encontrem no momento da ocorrência do dano.
- b) Não são responsáveis pela reparação civil em caso de dano à terceiros provocados pelos hóspedes, os respectivos donos de hotéis e hospedarias.
- c) Os filhos absolutamente incapazes, quando praticarem atos que causem prejuízos, serão solidariamente responsáveis com seus pais pelos danos causados.
- d) Os direitos à informação e à livre manifestação do pensamento não possuem caráter absoluto, encontrando limites na legislação infraconstitucional e nas garantias constitucionais essenciais à concretização da dignidade da pessoa humana.
- e) Depende de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada da imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.

39. Thiago, portador de Síndrome de Hirschsprung, apresenta leve atraso em seu desenvolvimento intelectual. Ao atingir a maioridade civil, Thiago deverá ser considerado, nos termos do Código Civil:

- a) absolutamente incapaz, devendo ser representado em todos os atos da vida civil.
- b) plenamente capaz e poderá agir por si só nos atos da vida civil.
- c) relativamente incapaz, tendo em vista possuir discernimento reduzido ocasionado por deficiência mental.
- d) absolutamente incapaz, por não conseguir expressar a sua vontade.
- e) Relativamente incapaz, necessitando ser acompanhado por curador nos atos da vida civil que envolverem a disposição de patrimônio.

40. Considere as alternativas a seguir, acerca das obrigações:

- I. A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.
- II. Nas obrigações de fazer, acaso seja impossível o cumprimento da obrigação por culpa do devedor, este deverá ressarcir o credor por perdas e danos.
- III. Na assunção de dívida por terceiro, qualquer das partes pode assinar prazo ao credor para que aceite a assunção, interpretando-se, porém, o seu silêncio como recusa.
- IV. O credor não é obrigado a aceitar o pagamento de prestação diversa da que lhe é devida, mesmo que seja mais valiosa.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) IV e I.
- d) I, III e IV.
- e) todas as alternativas.

41. Ana comprometeu-se a entregar à Laura, um vestido de festa desenhado e produzido por sua mãe, Raquel. Porém, antes de entregar a peça, Ana resolveu usá-lo em uma festa e acabou derrubando bebida sobre o tecido.

Neste caso, Laura poderá:

- a) aceitar o vestido, ou o equivalente em dinheiro, desde que renuncie às perdas e danos.
- b) postular somente o equivalente em dinheiro, desde que renuncie ao recebimento do vestido.
- c) aceitar o vestido, ou o equivalente em dinheiro, além de postular perdas e danos.
- d) aceitar o vestido, apenas, desde que renuncie às perdas e danos.
- e) apenas requerer perdas e danos.

- 42.** A respeito da prescrição e decadência, assinale a alternativa correta.
- a) É válida a renúncia da prescrição, desde que esta seja arguida expressamente antes da sua consumação.
 - b) Ao celebrarem um negócio jurídico, as partes podem alterar a prescrição prevista em lei.
 - c) Desde que haja consenso entre as partes envolvidas, é possível a renúncia prévia da decadência expressamente determinada por lei.
 - d) A prescrição não corre enquanto perdurar condição suspensiva.
 - e) A prescrição não pode ser arguida em grau de recurso.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

- 43.** O Código de Processo Civil prevê que a jurisdição civil será exercida pelos juízes e pelos tribunais em todo o território nacional. Sobre a jurisdição e a ação, assinale a alternativa correta:
- a) Para postular em juízo é necessário ter interesse, legitimidade e capacidade postulatória.
 - b) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, ainda que autorizado pelo ordenamento jurídico.
 - c) Havendo substituição processual, o substituído não poderá intervir como assistente litisconsorcial.
 - d) O interesse do autor pode limitar-se à declaração da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica, bem como da autenticidade ou da falsidade de documento.
 - e) A ação meramente declaratória só será admitida quando não tenha ocorrido a violação do direito.
- 44.** A competência poderá ser determinada conforme algumas características dos sujeitos envolvidos. De acordo com o CPC:
- a) Para a ação de divórcio, é competente o foro de domicílio do alimentando.

- b) É competente o foro de domicílio da mãe, para a ação em que se pedem alimentos.
- c) É competente o foro do lugar onde está a sede ou onde ocorreu o fato, para a ação em que for ré pessoa jurídica.
- d) Caso a parte seja um idoso, sempre será competente o foro de sua residência.
- e) É competente o foro de domicílio do alimentando, para a ação em que se pedem alimentos.

45. O Código de Processo Civil, ao tratar sobre os conciliadores e mediadores judiciais, prevê que:

- a) A conciliação e a mediação são informadas pelos princípios da independência, da imparcialidade, da autonomia da vontade, da confidencialidade, da oralidade, da informalidade e da decisão informada. A confidencialidade, no entanto, estende-se apenas a determinadas informações.
- b) A mediação e a conciliação serão regidas conforme a livre autonomia dos interessados, inclusive no que diz respeito à definição das regras procedimentais.
- c) O mediador, que atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, poderá sugerir soluções para o litígio, sendo vedada a utilização de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação para que as partes conciliem.
- d) O conciliador, que atuará preferencialmente nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes, auxiliará aos interessados a compreender as questões e os interesses em conflito, de modo que eles possam, pelo restabelecimento da comunicação, identificar, por si próprios, soluções consensuais que gerem benefícios mútuos.
- e) O conciliador e o mediador ficam impedidos, pelo prazo de 3 (três) anos, contados do término da última audiência em que atuaram, de assessorar, representar ou patrocinar qualquer das partes.

46. A intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. Sobre tal ato processual é correto que:

- a) É ato privativo dos serventuários da justiça e não pode ser praticado por advogados.
- b) Quando não realizadas por meio eletrônico, as intimações devem ser realizadas pessoalmente.
- c) Constando dos autos pedido expresso para que as comunicações dos atos processuais sejam feitas em nome dos advogados indicados, o seu desatendimento implicará nulidade.
- d) Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, desde que recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço.
- e) Ao contrário da citação, o Código não prevê a intimação por hora certa ou por edital.

47. O agravo de instrumento é disciplinado no Código de Processo Civil do art. 1.015 ao art. 1.020. Com base nas disposições do Código, pode-se afirmar que o agravo de instrumento:

- a) será cabível contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação e cumprimento de sentença, mas não caberá no processo de execução.
- b) será dirigido ao magistrado que proferiu a decisão agravada e, posteriormente, remetido ao Tribunal para processamento e julgamento.
- c) poderá apresentar efeito suspensivo, se atribuído pelo relator.
- d) possui efeito suspensivo automático, decorrente de lei.
- e) será cabível, dentre outras hipóteses, contra decisões interlocutórias que versem sobre tutelas provisórias, mérito do processo, inclusão ou exclusão de litisconsorte e admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros.

48. O processo de execução tem por fundamento um título extrajudicial e apresenta regramento próprio distinto do cumprimento de sentença. Sobre o processo de execução, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz poderá, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias ao cumprimento da ordem de entrega de documentos e dados.
- b) Configurada a conduta atentatória à dignidade da justiça, o juiz fixará multa em montante não superior a 10% (dez por cento) do valor atualizado do débito em execução, a qual será revertida em proveito do exequente, exigível nos próprios autos do processo, sem prejuízo de outras sanções de natureza processual ou material.
- c) O exequente caso queira desistir só poderá fazê-lo de toda a execução.
- d) Em caso de desistência da execução, o exequente depende necessariamente da concordância do impugnante ou do embargante.
- e) A cobrança de multas ou de indenizações decorrentes de litigância de má-fé ou de prática de ato atentatório à dignidade da justiça será promovida em autos apartados.

DIREITO PENAL

Renan Araújo

49. José, com dolo de matar, ministrou veneno a seu colega de trabalho e desafeto Pedro. Pedro ingeriu o veneno sem saber e, ao final do expediente, ainda sem que o veneno tivesse provocado qualquer efeito, Pedro pegou seus pertences e foi para casa. No caminho, que costumava percorrer a pé, Pedro foi alvejado por um raio, vindo a falecer em razão da descarga elétrica.

Nesse caso, é correto afirmar que o resultado morte:

- a) Não deverá ser imputado a José, eis que o resultado derivou de concausa superveniente absolutamente independente
- b) Não deverá ser imputado a José, eis que o resultado derivou de concausa superveniente relativamente independente que por si só produziu o resultado

- c) Não deverá ser imputado a José, por se tratar de crime impossível pela absoluta ineficácia do meio
- d) Não deverá ser imputado a José, por se tratar de crime impossível pela absoluta impropriedade do objeto
- e) Deverá ser imputado a José

50. Visando à subtração do aparelho celular de sua colega de trabalho Maria, José, reincidente, quebrou o cadeado que trancava o armário da vítima e surruiu o aparelho, avaliado em R\$ 700,00. Uma semana depois, não tendo havido sequer registro de ocorrência, José se arrependeu e devolveu voluntariamente o aparelho.

Nesse caso, é correto afirmar que houve:

- a) furto de uso, fato atípico
- b) desistência voluntária
- c) Arrependimento eficaz
- d) furto qualificado consumado, mas não será cabível o privilégio nem a diminuição de pena relativa ao arrependimento posterior
- e) furto qualificado consumado, mas não será cabível o privilégio, embora seja cabível a diminuição de pena relativa ao arrependimento posterior

51. Nos termos do art. 18 do Código Penal, há crime culposo quando o agente não quer o resultado nem assume o risco de sua ocorrência, mas dá causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.

Atento a isso, assinale a alternativa que traz um elemento de todo e qualquer crime culposo:

- a) tipicidade
- b) efetiva previsão
- c) conduta involuntária
- d) resultado voluntário
- e) específico dever de proteção, cuidado ou vigilância para com a vítima

52. José, analista do TJSC, solicitou a Pedro, administrador de uma empresa ré em determinado processo cível em trâmite na Vara em que José estava lotado, a quantia de R\$ 5.000,00, a fim de retardar o andamento do processo, beneficiando, assim, a empresa da qual Pedro era sócio e administrador. Pedro recusou a oferta, noticiando o fato à Corregedoria do TJSC.

Nesse caso, é correto afirmar que José praticou crime de:

- a) prevaricação
- b) corrupção ativa consumada
- c) corrupção ativa tentada
- d) corrupção passiva consumada
- e) corrupção passiva tentada

53. José se encontrava em casa assistindo televisão quando Pedro bateu desesperadamente em sua porta. Assim que José abriu a porta, Pedro informou a José que havia acabado de praticar um crime de roubo (pena: reclusão de 04 a 10 anos e multa) e estava fugindo da polícia, para não ser preso em flagrante. José, então, aceitou esconder Pedro em sua casa por alguns dias, até que tudo se acalmasse. Três dias depois, Pedro foi embora.

Nesse caso, é correto afirmar que a conduta de José:

- a) configura crime de favorecimento pessoal
- b) configura crime de favorecimento real
- c) configura crime de fraude processual
- d) configura crime de fuga de pessoa presa
- e) configura fato atípico

54. José e Pedro abordaram Ricardo quando este saía de um bar no centro da cidade de Florianópolis-SC. Após a abordagem, exigiram que a vítima entrasse no veículo dos infratores e fosse com eles até vários caixas eletrônicos e realizasse diversos saques nos terminais de autoatendimento, mediante o uso de cartão e senha. Cerca de 4h depois, já tendo obtido um total de R\$ 3.000,00 da vítima, os infratores libertaram Ricardo às margens da Rodovia SC-401.

Nesse caso, é correto afirmar que os agentes praticaram crime de:

- a) furto simples
- b) roubo qualificado
- c) extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima
- d) roubo majorado pela restrição da liberdade da vítima, apenas
- e) roubo majorado pelo emprego de arma de fogo e pela restrição da liberdade da vítima

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

55. Acerca da ação penal, julgue as assertivas a seguir:

I - Nos crimes de ação pública, esta será promovida por queixa-crime do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

II – A representação é retratável até o oferecimento da denúncia.

III – O direito de queixa passa ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão, em caso de morte ou declaração judicial de ausência do ofendido.

IV – O exercício do direito de representação é ato solene, devendo respeitar diversas formalidades.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I e II
- b) I, II e III
- c) II e III
- d) II e IV
- e) I e III

56. A fiança é caução real, podendo ser arbitrada como condição para a concessão de liberdade provisória ao preso em flagrante ou de forma autônoma, como medida cautelar diversa da prisão.

Nos termos do Código de Processo Penal, considerar-se-á perdida a fiança, em sua totalidade, se o imputado:

- a) regularmente intimado para ato do processo, deixar de comparecer, sem motivo justo
- b) deliberadamente praticar ato de obstrução ao andamento do processo
- c) descumprir medida cautelar imposta cumulativamente com a fiança
- d) praticar nova infração penal dolosa
- e) uma vez condenado, não se apresentar para o início do cumprimento da pena definitivamente imposta.

57. A prisão preventiva é modalidade de prisão cautelar e, portanto, não pode ser decretada com a finalidade de antecipação de cumprimento de pena ou como decorrência imediata de investigação criminal ou da apresentação ou recebimento de denúncia. Desta forma, a decretação da prisão preventiva impõe sempre a demonstração do perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado, o chamado “periculum libertatis”. Por conta disso, a Lei elenca fundamentos que podem embasar a decretação da prisão preventiva. Assinale a alternativa que NÃO apresenta um fundamento válido para a decretação da prisão preventiva:

- a) Garantir a reparação do dano à vítima
- b) Garantia da ordem pública
- c) Garantia da ordem econômica
- d) Conveniência da instrução criminal
- e) Para assegurar a aplicação da lei penal

58. José foi denunciado pelo Ministério Público pela prática do crime de extorsão (art. 158 do CP). O Juízo, após manifestação do MP, decretou a prisão temporária do réu pelo prazo de 05 dias, sem ouvir antes a defesa.

Nesse caso, a decisão do magistrado foi:

- a) correta
- b) incorreta, pois não cabe prisão temporária em relação ao crime de extorsão
- c) incorreta, pois o prazo fixado está em desacordo com a previsão legal
- d) incorreta, pois não cabe prisão temporária sem oitiva prévia da parte contrária
- e) incorreta, pois não cabe prisão temporária nesta fase da persecução penal

59. José foi denunciado pelo Ministério Público pela suposta prática do crime de estelionato (pena: reclusão de 01 a 05 anos e multa). Devidamente citado por Oficial de Justiça, José não se defendeu.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) O Juiz deverá nomear defensor para o réu, salvo se este estiver foragido
- b) O Juiz deverá nomear defensor para o réu, salvo se este for considerado revel
- c) O Juiz deverá nomear defensor para o réu
- d) O Juiz deverá dar seguimento ao processo, sem nomeação de defensor para o réu e aplicar-lhe os efeitos da revelia
- e) O Juiz deverá dar seguimento ao processo, sem nomeação de defensor para o réu, mas não poderá aplicar-lhe os efeitos da revelia

60. José foi denunciado pelo Ministério Público pela prática do crime de roubo (pena: reclusão de 04 a 10 anos e multa). Ao final do processo, o Juiz proferiu sentença condenando José. Inconformado, José poderá interpor:

- a) apelação, no prazo de 10 dias, devendo as razões serem apresentadas concomitantemente
- b) apelação, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas concomitantemente

c) apelação, no prazo de 10 dias, devendo as razões serem apresentadas no prazo de 03 dias

d) apelação, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas no prazo de 08 dias

e) apelação, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas no prazo de 03 dias

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJ-SC-12-07-20>

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!



Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



ASSINATURA
ILIMITADA

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12x R\$ 199,97

2 ANOS
12x R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE